

Eduardo Fernandez Silva

Economista; mestre em Economia (*Institute of Social Studies*, Holanda); professor universitário e consultor legislativo da Área IX - Política e Planejamento Econômico, Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional (aposentado); ex-diretor da Consultoria Legislativa (2014-2016); ex-secretário de Estado de Assuntos Metropolitanos de Minas Gerais (1987-88); articulista de jornais e revistas.

*A insensatez em marcha: a atualidade de reflexões cinquentenárias**

**Folly on the move: the updateness
of fifty-year-old thoughts*

Resumo

Há livros que são marcantes e provocam reflexão longo tempo após a sua publicação. Este o caso da obra *The march of folly: from Troy to Vietnam*, da historiadora Barbara Tuchmann, já falecida, originalmente publicado em 1984, em Nova York, pela Editora Knopf, Traduzido, foi publicado no Brasil, em 1985, sob o título “A marcha da insensatez: de Troia ao Vietnam” (Ed. José Olympio, São Paulo). Este texto assinala alguns dos aspectos considerados mais marcantes nessa obra, cinquenta anos mais tarde, correlacionando-os com o atual cenário internacional.

Palavras-chave

insensatez; políticas públicas; evolução histórica; Bárbara Tuchmann.

Abstract

There are books which are remarkable and apt to provoke reflection long after their publication. This is the case of the work “The march of folly: from Troy to Vietnam”, by the well know deceased historian Barbara Tuchmann, originally published in 1984 in New York, by Knopf Publishers. In these remarks, fifty years later, some of the aspects that are considered most striking in her work are highlighted, correlating them to the present international scenario.

Keywords

folly; public policies; historical evolution; Barbara Tuchmann.

Introdução

Por que resenhar e refletir, em 2023, acerca de livro publicado originalmente no simbólico ano de 1984? Porque a insensatez na condução dos assuntos humanos – hoje planetários – segue célere e cada vez mais mortífera: matou milhares há cerca de trinta séculos, em Troia, milhões no século passado e, caso não seja interrompida, matará bilhões no presente século. Logo, dada a continuidade da insensata condução dos assuntos humanos pelos dirigentes de países e corporações, os principais centros de poder, há razão suficiente para rever e comentar “*A Marcha da Insensatez – de Troia ao Vietnam*”, de autoria da premiada historiadora Barbara Tuchman, falecida em 1989.

Revedo – e relendo – *a insensatez em marcha*

No livro, são analisados diversos casos de insensatez na condução de políticas nacionais, começando pela incrível decisão de levar o cavalo para dentro dos muros. A guerra entre Rússia e Ocidente, travada atualmente na Ucrânia, é outro exemplo de insensatez mas, claro, não é tratada pela autora. É, porém, motivo adicional a justificar esta resenha/artigo.

Nessa brilhante obra, Tuchman mostra a impotência da razão ante os apelos da cobiça, dos interesses sectários, da crença em mitos e outras características humanas. Fundamenta sua análise por meio de diversos episódios históricos em que ações insensatas dos dirigentes tiveram consequências desastrosas para eles próprios e causaram ampla mortalidade.

Não obstante a ubiquidade da insensatez no tempo e no espaço, nos mais diversos regimes políticos, a autora mostra também alguns momentos em que a razão e o conhecimento prevaleceram sobre a insensatez, a cobiça, o pré-conceito e a ignorância. Assim, embora a persistente marcha da insensatez lance dúvidas sobre a sapiência – e, hoje, a sobrevivência – da espécie humana, lampejos de sensatez permitem alguma esperança. A elevada probabilidade de a insensatez continuar a dominar injeta pessimismo dentro de nós; porém, as possibilidades que o conhecimento e a razão já abriram, embora ainda não prevaleçam, são motivos para ficarmos esperançosos! E agirmos!

Um exemplo de caso raro e positivo:

Há um princípio a emergir [...] o de que a insensatez política é filha do poder. [...] o poder corrompe [...] o poder de mando frequentemente faz o pensamento falhar. [...] Se a inteligência é arejada o suficiente para perceber que determinada política, em vez de satisfazer os interesses comunitários, torna-se danosa, se existe autoconfiança bastante para reconhecer tal fato e sabedoria capaz de reverter a situação, ter-se-á atingido um dos momentos mais elevados na arte de governar. A política dos vencedores depois da Segunda Guerra Mundial, contrastando com a do Tratado de Versalhes e as reparações exigidas após a Primeira Guerra, representa exemplo de aprendizado haurido da experiência e da prática dessas lições em oportunidade que não se apresenta lá muito frequentemente” (p. 50).

E continua a autora: *“erros foram cometidos [mas] no conjunto o resultado final foi benéfico, no lugar de obra de vingança, e pode ser apresentado como lembrete encorajador de que a sabedoria no governo é ainda uma flecha que permanece, raramente usada, na aljava do ser humano”* (p. 51).

Após um primeiro capítulo, no qual Tuchman exemplifica diversos casos em que dirigentes adotaram políticas insensatas, contrárias aos próprios interesses, a autora se aprofunda, inicialmente, na história de Tróia com a incrível decisão de levar o suspeitíssimo cavalo para dentro da cidade, contra recomendações de Laoconte, Cassandra e outros. Em seguida, analisa como a estultice, o imediatismo, a cupidez e a ânsia de poder e honras dos papas da Renascença acabaram por provocar o cisma protestante. Continuando, em detalhado exemplo da insistência em políticas insensatas, mostra como os ingleses perderam a América. Há, depois, um capítulo sobre os dirigentes dos EUA atuando contra seus interesses durante a guerra do Vietnã. No epílogo, adequadamente intitulado *“Uma lanterna na popá”*, ela busca sintetizar os fatores que levam ao persistente desatino dos poderosos na condução dos assuntos que nos dizem respeito.

Sintetizar os episódios de Troia, dos papas, dos ingleses e dos estadunidenses alongaria em demasia este texto. Assim, concentramo-nos nas lições que Tuchman acredita podem ser tiradas da sua análise.

Antes de mostrar como a autora caracteriza o desgoverno, vale um rápido comentário sobre a inclusão do desvario troiano, ocorrido há tanto tempo que lenda e realidade confundiram-se. Diz Tuchman:

A história mais famosa do mundo ocidental, protótipo dos relatos que versam sobre os conflitos humanos, um épico pertencente a todos os povos e todos os tempos [...] é a que nos legou a lenda, tenha ou não fundamentação histórica, do Cavalo de Troia”. (p. 53)

Para vencer a dificuldade de lidar com episódio que muitos vêm como lenda, Tuchman analisa relatos sobre a disputa, em versões tão variadas no tempo e na forma como as de Eurípedes, Virgílio, Homero, Eugene O’Neill, Shakespeare, Goethe, James Joyce e outros, mas também recorre a evidências arqueológicas de

Antiquíssimos povoamentos nas bordas asiáticas do Helesponto, ou Dardanelos, na margem oposta à Galípoli. Tais sítios, localizados na encruzilhada das rotas comerciais da Idade do Bronze, convidavam a vandalismos e saques, mostrando evidências, em diversos níveis, de demolições e reconstruções. O nível VIIA, contendo fragmentos de ouro e outros artefatos próprios de uma cidade da realeza, e também exibindo marcas de ter sido violentamente destruído por obra humana, vem sendo identificado como a Troia de Príamo, e sua queda, datada de fins da Idade do Bronze, por volta de 1200 a.c. É perfeitamente possível que as ambições mercantis e marítimas dos gregos tenham levado ao conflito. [...] O rapto de Helena [...] pode ter acontecido como providência retaliatória após algum ataque anterior dos gregos”. (pp. 63/4)

Mas, indaga a autora, o que define o desgoverno? São de quatro tipos: 1) a tirania e a opressão, de cujos exemplos a história está cheia; 2) a ambição desmedida, a exemplo de Felipe II, com sua “invencível armada”, logo derrotada; 3) incompetência ou decadência, ilustrada pelos derradeiros Romanov; e 4) a insensatez ou obstinação.

Esse quarto tipo é caracterizado por três critérios simultâneos: a) que a insensatez tenha sido percebida no seu próprio tempo, e não retrospectivamente; b) um curso viável de ação alternativa deveria estar disponível; c) a insensatez deve persistir por mais tempo que o governo de um único tresloucado dirigente, no sentido de que tal política seria a de um grupo e não somente de um governante isolado.

Como já dito aqui, ela mostra que a insensatez independe de época ou lugar, é intemporal, universal (embora hábitos e crenças específicas de-

terminem a forma de que se revestirá) e não guarda relação com o regime em vigor, monarquia, oligarquia, democracia ou autocracia. Capitalismo ou socialismo, agregou eu!

Se, indaga Tuchman, a insensatez e a perversidade são inerentes aos indivíduos, por que deveríamos imaginar algo diferente quando se trata de governos? Governos, responde ela, têm mais impacto que a loucura individual, além do que devem obedecer a um dever maior no sentido de agir em consonância com a razão. Isso sendo sabido há tanto tempo, volta a perguntar, então por que não ocorreu à espécie humana erigir salvaguardas contra o desvario político? Mas sim, ocorreu! Platão, Aristóteles, Sólon, Tomás de Aquino, Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Marx, Montesquieu, Jefferson, Hamilton e vários outros apresentaram propostas e, não obstante, *“o mundo [continuou a ser] governado sem sabedoria”* (p.17). *“Enquanto todas as demais ciências progrediram, confessou John Adams, segundo presidente dos EUA, a de governar marcou passo; está sendo praticada, hoje, apenas um pouco melhor do que há três ou quatro milênios...”* (p.12).

Uma mente inflexível, fonte de autoengano, é fator que desempenha papel de grande significado nos governos. Consiste na abordagem de determinada situação à luz de noções fixas e preconceitos, enquanto são ignorados ou rejeitados quaisquer sinais contrários. Faz com que as ações decorram obedientes ao desejo, sem que o agente se deixe dobrar pelos fatos. O epítome do que ficou dito pode ser encontrado na observação [...] a respeito de Felipe II da Espanha: ‘Nenhum fracasso de sua política poderia abalar-lhe a crença na excelência de seus atos’ (pp.15/6).

Outro exemplo pode ser retirado dos primórdios da guerra do Vietnã, ainda quando os franceses tentavam recuperar o controle sobre a então Indochina. Muitos apontaram o equívoco norte-americano de apoiar os franceses e se envolverem na guerra; no entanto, era tempo do macarthismo, e logo vozes contrárias se calaram por receio de serem tachadas de “comunistas”.

Sabendo o que estava errado, os funcionários norte-americanos insistiam em manter a política de constantes memorandos que destinavam uns aos outros, além de conselhos exortativos aos franceses cujos exórdios diziam ser necessária uma independência “acelerada” e genuína. Aqui, a insensatez cintilava em sua plena luminosidade.

dade. Como se poderia persuadir os franceses a lutar energicamente para manter o Vietnã e, ao mesmo tempo, levá-los a conceder a verdadeira independência? Por que iriam eles desenvolver o máximo de seus esforços tentando reter uma possessão colonial se não ficariam com ela? (p. 336)

Alerta Tuchman que “*as loucuras políticas não significam, necessariamente, consequências negativas para todas as partes envolvidas*”. Exemplifica, a seguir: “*A Reforma, surgida da insensatez do papado renascentista, não é tida por matéria de infortúnio para os protestantes. Os americanos jamais considerariam lamentável sua independência, fruto da insensatez dos britânicos*”.

A autora mostra, ainda, outras características da tão frequente adoção de políticas contrárias ao próprio interesse.

Sublinham-se, aqui, duas características da insensatez política; frequentemente ela não advém de grandes desígnios, e suas consequências, muitas vezes, acabam por surpreender. Outra é fator superestimado usualmente pelos cientistas políticos ao discutirem a natureza do poder: sempre tratam do assunto, mesmo em seus aspectos negativos, com imenso respeito. Não conseguem perceber o fenômeno, aqui e ali, como obra de homens às tontas, agindo de forma insensata, ignorante ou cruel, tal qual fazem pessoas comuns em circunstâncias banais. [...] Despojado de sua tremenda peruca de cabelos cacheados, de seus sapatos de salto alto, [...] esse Rei Sol era homem sujeito a preconceitos, erros e impulsos – tal como você e eu. (p. 37)

Em seguida, mostrando o desvario militarista transformando-se em insensata política de governo, ela aponta os casos da decisão alemã, em 1916, de restabelecer a guerra submarina irrestrita, e o ataque a Pearl Harbour, em 1941. Diz ela: “*a insensatez presente nesses exemplos pertence à categoria de auto aprisionamento ao raciocínio do “não dispomos de outra alternativa” e, também, à mais frequente e fatal das ilusões, a que nos leva a subestimar o oponente*” (p. 38).

Em ambas as situações, há amplos registros de alertas acerca da inadequação do curso suicida de ação adotado, com consequências conhecidas e claramente previstas bem antes, para a Alemanha, para o Japão e para o mundo!

Para destacar outro aspecto bastante atual, vale detalhar um pouco o caso da decisão alemã.

O grupo belicista a bradar pelo emprego dos submarinos incluía [a nobreza] e o círculo de cortesãos, juntamente com os expansionistas, partidos de direita e a maior parte do povo, ao qual foi ensinado depositar sua fé em submarinos como meio hábil de romper o bloqueio inglês de alimentos, levando o país, assim, à vitória. [...] O Kaiser Guilherme II, embora assaltado por muitas dúvidas, não desejava parecer menos truculento que seus comandados e, assim, juntou sua voz às deles. A oferta de Wilson [presidente dos EUA] de uma “paz sem vitória” foi rejeitada [pelos beligerantes]. (p. 43).

Meses antes da decisão de reestabelecer a guerra submarina irrestrita, Kurt Riezler, um assistente do Chanceler alemão (o qual, alertado sobre suas prováveis consequências, era contra tal retomada,) escrevera em seu diário: “A Alemanha é como uma pessoa petrificada à beira do abismo, mas desejando ardentemente jogar-se em suas profundezas”.

Sobre o episódio, Tuchman indaga:

Havia alternativa? Considerando-se a insistência na vitória e a recusa em admitir a realidade, provavelmente não. Todavia, um curso melhor poderia ter sido obtido se a proposta de Wilson tivesse sido aceita, sabendo-se de antemão que ela chegaria a ponto-morto. Isso teria evitado ou certamente atrasado a adição do poderio americano ao do inimigo. Sem a América, os aliados não teriam marchado para a vitória que, da mesma forma, estava além das possibilidades da Alemanha. Assim, ambos os lados teriam chegado a uma paz de exaustão mais ou menos igual. Para o mundo, as consequências dessa alternativa desprezada representariam funda alteração da história. Sem vencedor, reparações de guerra, sentimentos de culpa, sem Hitler e, possivelmente, sem a Segunda Guerra Mundial. Como acontece com tantas alternativas, entretanto, essa era psicologicamente impossível. O caráter é o destino, como os gregos acreditavam. Os alemães estavam doutrinados para vencer objetivos mediante emprego da força, mas despreparados para ajustamentos. (p. 45)

Relendo “A Marcha da Insensatez” tantos anos após sua primeira publicação, podemos ver ações recentes de poderosos que se encaixam,

como luva, no padrão de insensatez. A própria Tuchman indaga, ainda no início do texto:

“Por que empresários insistem na tônica do “crescimento” quando tal coisa, provavelmente, vem causando esgotamento de três elementos básicos da vida em nosso planeta – terra, água e ar puro? (Embora sindicatos e empresários não representem o governo, estritamente, eles integram situações governamentais)” (p. 12).

Devemos, em 2023, questionar: por que empresários, políticos e outros continuam a defender investimentos na ampliação da extração de combustíveis fósseis quando, provavelmente, sua queima está comprometendo o futuro da humanidade? Por que insistem em “*mais crescimento*”, se já ultrapassamos diversas fronteiras planetárias, inclusive a capacidade do planeta de absorver nossos resíduos?

Há, é claro, a busca por mais lucros e mais “poder”. Mas, como muitos já mostraram e mostram, há lucros a serem auferidos em atividades que não significam nos jogar nas profundezas do abismo. Logo, por que persistir? Como alguns dizem, “não temos alternativa”, incorrendo assim no mesmo tipo de insanidade em que caíram os governantes do Japão e da Alemanha, nos episódios citados. E o “crescimento”, tem que ser destrutivo, quando existem alternativas?

Como diz Tuchman, já no epílogo,

“uma vez que a perseguição de desvantagem após desvantagem é algo irracional, concluímos, em consequência, que o abandono da razão é a primeira característica da insensatez. [...] O pensamento racional claramente aconselhava os troianos a suspeitarem de um ardil [...]. No caso dos papas [...] a insensatez estava não tanto no irracional mas no fato de se alhear por completo da missão a que estava destinado. As sucessivas medidas adotadas com respeito tanto às colônias americanas quanto ao Vietnã eram tão nitidamente baseadas em atitudes preconceituosas e tão perfeitamente contrárias ao senso comum, às inferências racionais e aos conselhos judiciosos, que, como insensatez, falam por si mesmas”. (pp. 493/494)

Também no epílogo, aduz a autora que

“a principal entre as forças que afetam a insensatez política é a ambição do poder, designada por Tácito como ‘a mais flagrante de todas as paixões’ [...] O governo permanece sendo o paradigma, como área de insensatez, porque nele é que os homens obtêm poder a ser exercido sobre os demais – apenas para perdê-lo sobre si mesmos” (p. 495).

Sobre a questão, Thomas Jefferson escreveu “*sempre que um homem passa a desejar (o cargo), sua conduta começa a deteriorar-se*”, enquanto seu contemporâneo, Adam Smith dizia: “*E, assim, a posição [hoje diríamos o status] ... representa o[objetivo] de metade dos trabalhos da vida humana; e é a causa de todo o tumulto e inquietação, toda a rapina e injustiça que a avareza e a ambição introduziram no mundo*”.

Se a ambição do poder tem tal potencial de desvario, o excesso de poder amplifica ainda mais o problema. O excesso de poder, tal como velas muito grandes em um navio pequeno, segundo Platão, é perigoso! O reconhecimento desse risco, e a busca de maneiras para minimizá-lo, aliás, é parte do debate, registrado nos *Federalist Papers*, havido entre alguns dos “pais fundadores” dos EUA, e fundamenta a ideia de “pesos e contrapesos”, assim como a proposta de “Três poderes”. Ocorre porém, que, como se diz, *tanto Deus quanto o diabo estão nos detalhes*. Se um dos poderes torna-se venal, o pretendido equilíbrio se perde!

Uma fonte adicional de insensatez é a manutenção intacta, pelos governantes e estrategistas políticos, das ideias com que começaram. “*Por que a experiência americana em apoiar um partido impopular na China não lhe permitiu ver a analogia com o Vietnã? E a experiência do Vietnã em relação ao Irã?*” (p. 497). E Tuchman cita, ainda, Samuel Coleridge: “*Se os homens pudessem aprender com a história, que lições ela poderia nos ensinar. Mas a paixão cega nossos olhos, e a luz que a experiência nos dá é de uma lanterna na popa, que ilumina apenas as ondas que deixamos para trás*”. Acrescenta a autora: “*É bela a imagem, mas enganosa sua mensagem – pois a luz nas ondas que já ultrapassamos poderia nos tornar capazes de inferir a natureza das ondas à frente*” (p. 497).

Referindo-se a condições recentes, ela aduz ainda outro fator:

“Para o chefe de Estado nas condições modernas, um dos fatores limitadores é a quantidade de problemas em muitas áreas,

o que não permite compreensão sólida de qualquer um deles, além do tempo reduzido para pensar entre compromissos e resumos de trinta laudas. Isso deixa o campo aberto à estupidez protetora. Enquanto tal acontece, a burocracia repete hoje o que fez ontem, como vasto computador que, uma vez tendo admitido o erro, duplica-o eternamente” (p. 502).

Há de se registrar que os resumos de trinta páginas que ela menciona foram substituídos, mais recentemente, por outros, de quatro ou cinco!!!

Fechando o texto, argumenta a autora:

“... a sedução do poder [...] anula o melhor desempenho governamental. O burocrata sonha com promoção, os altos funcionários desejam aumentar sua alçada, legisladores e presidentes buscam a reeleição; a norma-guia nessa corrida é agradar ao máximo e ofender o mínimo. O governo inteligente exige que a pessoa investida do cargo possa formular e executar a política de acordo com seu melhor julgamento, conhecimento disponível e judiciosas estimativas quanto aos males menores. Mas a reeleição está em suas cabeças, e esse passa a ser o critério dominante” (p. 502).

A opção pareceria estar, então, entre os liliputianos que, na escolha de seus governantes, davam maior importância à boa moral do que às grandes capacidades. *“Eles supõem que verdade, justiça e temperança estão ao alcance de todos os homens: a prática dessas virtudes, juntamente com boas intenções, qualifica qualquer homem para o serviço de seu país”*. Adverte, então: *“Embora tais virtudes possam [...] estar ao alcance de qualquer homem, elas têm menor oportunidade em nosso sistema que o dinheiro e a ambição grosseira para prevalecerem nas urnas eleitorais”*.

Relembradas as ideias e observações de Tuchman, resta-nos desejar que a insensatez, ainda tão ubíqua, seja afastada. Como dito no início deste artigo, o conhecimento, a ciência e a computação abriram possibilidades de superar esses desvarios dos poderosos, mas ainda não prevalecem.

A *internet* e as redes sociais, com seus algoritmos enviesados e preconceituosos, vieram agravar a rigidez mental, o reforço de preconceitos e a manutenção de ideias antigas. O enorme poder de seus executivos, associados aos dos chefes das grandes corporações e governos, eleva o risco

de disparates os mais diversos, como presenciamos agora na guerra entre Ocidente e Rússia, com sangue russo e ucraniano. A inteligência artificial melhorará as perspectivas?

O poder destrutivo dos insensatos cresceu e eles, tudo indica, continuam aprisionados à ideia – que levou à retomada da guerra submarina irrestrita e à Pearl Harbour – de que não existem alternativas. Assim, propõem, aprovam e implantam projetos de extração e queima de combustíveis fósseis em quantidade muito além do que pode suportar a biosfera.

Da mesma forma, mediante sofisticadas técnicas de propaganda, logram obter o apoio de parte da população – como ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, durante a Segunda, também (inicialmente) à época da guerra do Vietnã e na invasão do Iraque, esta última para *“destruir as armas de destruição em massa que não existiam”*.

Os governantes e executivos chefes continuam, céleres, a executar políticas contrárias aos interesses da humanidade e contrárias também aos seus próprios interesses de mais longo prazo. Aprisionados em preconceitos, mitos, incapazes de perceber alternativas, apaixonados por mais poder e dinheiro, apegam-se a ideias antigas e recusam-se a ver a realidade, como o fizeram os papas da renascença, os governantes ingleses do século XVIII, os norte-americanos da segunda metade do XX, e continuam a fazer os atuais.

Por fim, destaquemos ainda a *“mais frequente e fatal das ilusões, a que nos leva a subestimar o oponente”*, assim como a menção ao fato de *“a maior parte do povo [alemão], ao qual foi ensinado depositar sua fé em submarinos como meio hábil de romper o bloqueio inglês de alimentos”*.

A gravidade da degradação ambiental tem sido apontada pela grande maioria dos cientistas e, também, por analistas da atividade de seguro, dado o crescente custo das tragédias nada naturais que vêm ocorrendo mundo afora. Dirigentes de governos e corporações seguem iludidos subestimando seus efeitos e, muitos deles, gastando bilhões para tentar ensinar ao povo que não temos outra alternativa.

É fundamental destacar a questão de “o povo ser ensinado”. Foi assim na primeira guerra mundial com o bem-sucedido trabalho da *Committee on Public Information* – CPI, criada em 1917 pelo presidente Woodrow

Wilson. Embora reeleito em novembro de 1916 com o slogan “*ele nos manteve fora da guerra*”, em abril de 1917 Wilson obteve a concordância do Congresso para declarar guerra à Alemanha.

Em seguida, criou a CPI com a missão de transformar a então relutante opinião pública norte americana em apoio à entrada do país na guerra. Aquela seria a “*guerra para acabar com todas as guerras*”, foi um dos slogans então criados!

A CPI desenvolveu técnicas de manipulação da maneira como as pessoas pensam, agem e gastam dinheiro, posteriormente aprimoradas pelos bilhões gastos anualmente em publicidade na busca – quase sempre bem sucedidas – de fazer as pessoas acreditarem que, ao abrir uma garrafa de refrigerante, estejam “*abrindo a felicidade*”, ou para que passassem a desejar carros maiores, mais pesados e que consomem mais combustível, nessa quadra da história em que os veículos individuais precisam ser substituídos pelos coletivos.

Gastos imensos são também feitos para demonizar o oponente. No Ocidente, este passou a ser Putin, ou a China. No país dos Romanov e no de Confúcio, o demônio é o Ocidente.

Considerações finais

Nessa marcha insensata, criam-se “*inimigos*”, promovendo, embora sem justificar, a continuidade do predomínio do complexo industrial-militar-consumista. Os dirigentes da humanidade, presos em sua ambição, mentes inflexíveis, preconceitos, busca de “*glória*” e incapazes de se ajustar à nova realidade, ignorando os sinais de risco, já colocaram a humanidade à beira do abismo e desejam, ardentemente, jogá-la em suas profundezas.

Há, pois, que lembrar os poucos momentos históricos em que dirigentes superaram essas características, como após a Segunda Guerra Mundial, e trabalharmos, todos, para que a sensatez predomine antes de uma Terceira. Afinal, as perspectivas humanas, para o período posterior a uma possível Terceira Guerra Mundial, ou para um planeta submerso em resíduos e com temperaturas acima dos 50°C, não são alvissareiras.

Não obstante todas as forças contrárias e todos os riscos, mudar o curso da história é possível: um outro mundo [ainda] é possível!

Referências bibliográficas:

ESTADÃO. **Estado da Arte**. “O diálogo entre Príamo e Aquiles na Ilíada: Príamo oferece a Aquiles um resgate pelo corpo de Heitor; do último canto da Ilíada de Homero, século VIII a.C.”. Tradução de Marcelo Consentino, com leitura dramática de Elisa Touchon Fingergerman. Matéria veiculada em 15 jun. 2021. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/iliada-homero-gtm/>

HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **The Federalist**. The Gideon Edition. Indianapolis: Liberty Fund, Inc., 2001. Disponível em: https://files.libertyfund.org/files/788/0084_LFeBk.pdf

TUCHMANN, Barbara. **The march of folly: from Troy to Vietnam**. Nova York: Knopf ed., 1985.

TUCHMANN, Barbara. **A marcha da insensatez: de Troia ao Vietnam**. São Paulo: José Olympio, 1985.